

## LÉXICO FEUDO-VASSÁLICO

### NOS PRIMEIROS RELATOS DO REINADO DE D.DINIS

Rita Braga Gomes\*

O propósito do presente trabalho é estudar o vocabulário que denuncia a presença do tema da “dádiva”<sup>1</sup>, bem como a reminiscência do universo temático e mental de uma ordem feudo-vassálica, nos relatos historiográficos do reinado de D. Dinis presentes no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*<sup>2</sup>, na *Crónica Geral de Espanha de 1344*<sup>3</sup> e na *Crónica de Portugal de 1419*<sup>4</sup>. Por meio de uma análise interpretativa, procuraremos ainda ponderar a emergência da diversidade de factores que subjazem à construção dos textos referidos, enquanto importantes testemunhos de um primeiro esforço historiográfico português.

Não foi nossa intenção apurar se os testemunhos convocados detêm verdades históricas, tarefa que se situa obrigatoriamente num outro plano de

---

\* Estudante de doutoramento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> Esta temática foi mais amplamente tratada em GOMES, Rita Braga, *O Dom do Rei. Dádiva e Vocabulário Feudo-Vassálico nos Relatos Cronísticos do Reinado de D. Dinis*, Porto, 2007 (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2007).

<sup>2</sup> MATTOSO, José (ed.), *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 vols.. Lisboa: Academia das Ciências, 1980.

<sup>3</sup> CINTRA, Lindley (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1951.

<sup>4</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.), *Crónica de Portugal de 1419*. Edição Crítica com Introdução e Notas de Adelino de Almeida Calado. Universidade de Aveiro, 1998.

abordagem. Mas, por outro lado, conquanto não nos escape a subjectividade inerente à redacção de cada um dos textos mencionados, não atribuímos a nenhum deles pressupostos ideológicos *a priori*<sup>5</sup>, tendo antes adoptado uma perspectiva que permitisse analisar os textos tendo em atenção, simultaneamente, o ponto de vista do seu promotor, enquanto observador e eventualmente participante num dado momento histórico (é o caso do Conde D. Pedro), e a intencionalidade presente no enunciado produzido, de acordo com os possíveis destinatários.

Perante esta problemática, foi seguido o critério de privilegiar o texto propriamente dito como ponto de partida para a definição de outros critérios, fossem eles desocultados pelo próprio conteúdo, ou por condições externas, que certamente também determinaram a sua produção. Quanto ao conteúdo, definiram-se os critérios de análise das ocorrências do tema da “dádiva” e dos contextos onde ela se insere, acrescidos do levantamento de vocabulário relacionado com o mesmo tema, em consonância com terminologia de reminiscência feudo-vassálica. Como factores externos aos textos em análise, apenas se considerou quer as fontes a que muito provavelmente recorreram, quer a sua respectiva autoria, nos casos em que era possível avançar com algumas hipóteses pertinentes para os objectivos definidos.

A autoria é conhecida apenas nos casos do *Livro de Linhagens* e da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, apesar de a edição crítica de Cintra (1951) se ter baseado numa versão posterior à morte do autor (o Conde D. Pedro, bastardo de D. Dinis), denominada “refundição de 1400”. No que respeita à *Crónica de Portugal de 1419*, foi já avançada a hipótese lopiana da sua

---

<sup>5</sup> Acerca desta questão, ver WHITE, Hayden, *The content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1987.

gênese, tanto por Silva Tarouca (1952)<sup>6</sup> como por Magalhães Basto (1945)<sup>7</sup>, mas até ao presente não surgiram estudos suficientemente esclarecedores que confirmassem ou colocassem definitivamente de lado essa possibilidade. Portanto, o critério da autoria não servirá a análise deste último texto.

A importância deste critério pode encontrar-se nos aspectos conhecidos da biografia do Conde de Barcelos, que contribuíram para o conhecimento e contextualização dos pressupostos inerentes à sua produção historiográfica, das suas intenções, objectivos de escrita e possíveis destinatários da sua obra. A própria biografia do autor cruza-se com o critério das fontes escritas utilizadas, uma vez que o acesso que a elas terá tido estaria dependente, seja do destino das suas deslocações, seja da proximidade em relação a centros de cultura e produção literária e historiográfica, como é o caso da corte do pai (principalmente na produção lírica), de D. Sancho IV (continuador e reestruturador da obra historiográfica de Afonso X), e ainda de Afonso XI (a quem deixa o seu *Livro das Cantigas* em testamento). Coloca-se também a hipótese do acesso a reproduções e traduções de obras presentes na Península Ibérica mas provenientes de outras origens, como pode ser o caso do romance arturiano, provavelmente já aqui introduzido no tempo do avô, D. Afonso III.

O modelo historiográfico alfonsino, nomeadamente a *Versão retoricamente amplificada da Estória de Espanha* (assim denominada por Fernández-Ordóñez, 2000<sup>8</sup>, na sequência das conclusões de Catalán, 1962<sup>9</sup>)

---

<sup>6</sup> TAROUCA, Carlos da Silva, *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1952.

<sup>7</sup> BASTO, Artur de Magalhães (ed.), *Crónica de cinco primeiros reis de Portugal*. Porto, 1945.

<sup>8</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés, "Variación en el modelo historiográfico alfonsí en el siglo XIII. Las versiones de la *Estoria de España*". In MARTIN, Georges (textos reunidos e introduzidos), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII – XV)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2000, pp. 41-74.

<sup>9</sup> CATALÁN, Diego, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid: Gredos, 1962, pp.124-171

---

está, sem dúvida, presente na obra do Conde D. Pedro, tanto no seu conteúdo como na estrutura, principalmente no caso da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, com a inclusão e maior extensão dos reinados portugueses, até D. Afonso IV. No entanto, é nos prólogos, tanto desta última obra como do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* que sobressaem os pontos de convergência e de divergência em relação à fonte de inspiração citada. Desde logo, a maior divergência observada centra-se na intenção clara da escrita do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ao apresentar uma teoria do Amor e da Amizade entre indivíduos da nobreza, manifestando um propósito mais linhagístico e genealógico do que propriamente historiográfico, contexto onde se evidencia uma forte influência das reminiscências do sistema feudal, cuja estrutura assentava em laços de solidariedade entre indivíduos da nobreza<sup>10</sup>, tal como é apresentada no Prólogo. O propósito historiográfico está presente, sim, na narração relativa aos reinados de D. Afonso Henriques até D. Afonso IV, destacando-se o de D. Dinis, que ganha particular interesse pela extensão superior a todos os outros (excepto em relação ao do primeiro rei português, o que, aliás, acontece nos três textos analisados), e por narrar acontecimentos que o próprio autor terá presenciado ou onde interveio, tornando-se a sua redacção um exemplo historiográfico onde confluem as perspectivas do observador participante e do "historiador" inspirado pela antecedente obra alfonsina.

No caso do prólogo da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, as divergências encontradas em relação à obra alfonsina poderão ser elucidativas, se não das possíveis intenções do autor, pelo menos, do seu quadro mental, direccionado para a defesa de uma estrutura social de apoio mútuo entre membros da nobreza e ao mesmo tempo de manutenção dos poderes a ela

---

<sup>10</sup> Cf. MATTOSO, José, "O Feudalismo português" In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1990, pp.116-128.

inerentes, cujo modelo encontraria na, à data já ultrapassada, organização social feudo-vassálica. Este quadro mental ganha ainda sentido no contraste com a política anti-senhorial empreendida pelo próprio pai, D. Dinis, marcada pela intromissão sistemática nos poderes “adquiridos” da nobreza senhorial, através das diversas inquirições que ordenou ao longo do seu reinado. As diferenças constatadas parecem, nos dois casos, actuar como manifestação de diferentes intenções e ideologias, o que é coerente com a diferença de autoria, em termos de papel político assumido (Afonso X e o seu projecto imperial; o Conde D. Pedro, fortemente ligado ao rei por laços de parentesco, mas ao mesmo tempo desejando defender os seus “direitos adquiridos” enquanto membro de alta nobreza) e do contexto político com situações e conflitos diferentes em Portugal e em Castela.

A temática da “dádiva” foi teorizada pioneiramente por Mauss, no seu *Ensaio sobre a Dádiva* (1988)<sup>11</sup>, onde apresenta um estudo sobre sociedades arcaicas do ponto de vista sociológico. Segundo o autor, a “dádiva” traduz-se no acto de dar centrado na pessoa que o pratica, sendo este acto uma forma de dar um pouco de si mesmo, o que, implicitamente, significa que o destinatário, ao aceitá-lo, reconhece a grandiosidade daquele que dá. Este acordo tácito entre quem dá e quem recebe pressupõe a aceitação ou o reforço de um vínculo social, que poderá assumir um carácter político, ao definir também o posicionamento dos que apoiam ou estão contra aquele que dá. Nas três crónicas analisadas, a recorrência do tema da dádiva poderá ser reflexo de uma intencionalidade de apresentar uma imagem da realeza caracterizada pela generosidade e liberalidade, a juntar à presença de linguagem recorrente associada a esta temática. Assim se revelam os aspectos mais considerados

---

<sup>11</sup> MAUSS, Marcel, *Ensaio sobre a dádiva*. Tradução de António Filipe Marques. Lisboa: Edições 70, 1988.

pela autoria dos testemunhos, a partir do uso sistemático de terminologia que corresponde a formas de gerar e manter determinados laços sociais.

O tema da “dádiva” surge na *Crónica Geral de Espanha de 1344* através do vocabulário utilizado e das situações protagonizadas por personagens que actuam em função da dinâmica do “dar”, “receber” e “retribuir”. A acção da “dádiva” é então apresentada como uma obrigação e, ao mesmo tempo, uma demonstração de grandeza por parte do senhor, e o acto de receber, por sua vez, detém o valor da aceitação de um estatuto inferior e reconhecimento da grande “liberalidade” do senhor. Ora, num contexto político em que a figura do rei protagoniza um momento de transição e consolidação de um poder que cada vez mais se afastava da imagem do líder de uma casa senhorial (esta imagem mais próxima de D. Afonso Henriques e dos monarcas imediatamente posteriores), o Conde D. Pedro, talvez tentando defender os seus interesses perante esta política de centralização régia, parece demonstrar preferência por uma organização social de inspiração feudo-vassálica, contrariando a política do pai, e provavelmente desejando ser reconhecido enquanto senhor da sua própria casa que funcionaria praticamente como uma “corte”. Outra situação biográfica que explicará este posicionamento do Conde D. Pedro é a sua participação na guerra civil, tomando o partido do infante D. Afonso, futuro D. Afonso IV<sup>12</sup>, colocando-se imediatamente em oposição a D. Dinis.

Como ponto de partida para a definição do vocabulário representativo da presença de um quadro mental feudo-vassálico, recorreu-se aos termos e sua distribuição por diferentes origens de uso, identificados por José Mattoso (1990) no seu estudo “A difusão da mentalidade vassálica na linguagem

---

<sup>12</sup> Cujas principais exigências eram ser detentor do poder do regimento da justiça, o que não lhe foi concedido por D. Dinis, que se manteve fiel à sua estratégia de centralização dos poderes.

quotidiana”<sup>13</sup>. Este artigo afigurou-se como um possível ponto de partida para se proceder ao levantamento do número de ocorrências desse mesmo vocabulário nos textos analisados e posterior distribuição por campos semânticos sugeridos pela própria linguagem presente nos textos. Destacam-se também as contribuições de outros autores, no século XIX e ao longo do séc. XX, a partir de quadros teóricos diversos e objectivos de estudo específicos, mas que convergiram na selecção de um vocabulário que denuncia e é reflexo de aspectos característicos de estruturas feudais e senhoriais. Apesar do estudo de Barros<sup>14</sup> se situar nos finais do século XIX, a sua actualidade mantém-se na pertinência da análise de vocábulos como “vassalus”, “miles”, “honor”, “honoratus”, “homagium”, todos eles enquadrados em documentação de carácter oficial ou historiográfico, curiosamente, grande parte dela promovida por Afonso X. As fontes abrangem desde os *Portugaliae Monumenta Historica* à *Crónica de Fernão Lopes*, incluindo o *Livro das Leis e Posturas*, o *Fuero Viejo*, *Especulo*, *Partidas* e, em algumas análises, a *Historia Compostellana*. A selecção de vocabulário e os significados que o autor encontra a ele associados surgem como um apoio ao intuito de demonstrar que não houve verdadeiramente feudalismo na Península Ibérica, mas sim que as diferentes organizações políticas, sociais, jurídicas, administrativas receberam a sua influência, tendo a linguagem, por sua vez, mantido o uso de determinados termos, adaptando-os a realidades com aspectos semelhantes.

Não menos importante, enquanto contributo da ciência histórica portuguesa mais recente, é a tese de doutoramento de Leontina Ventura<sup>15</sup> (1992) acerca da nobreza na corte de Afonso III, com incidência no primeiro

---

<sup>13</sup> MATTOSO, José, “A difusão da mentalidade vassálica na linguagem quotidiana” In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1990, pp.149-163.

<sup>14</sup> BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. IV Volumes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885-1922.

capítulo que empreende uma reflexão de carácter linguístico sobre o vocabulário fixado pela documentação régia, na segunda metade do século XIII, mas principalmente sobre a relação entre aspectos sociais e linguísticos, em que os segundos surgem como manifestação da consciência de uma determinada organização social. Outros estudos já citados por Mattoso (1990) e de grande relevância por abordarem aspectos do feudalismo na Península Ibérica, abrangendo também a análise vocabular, são os de Sánchez Albornoz<sup>16</sup> (1974) e de Hilda Grassotti<sup>17</sup> (1969), uma vez que não só apresentam uma visão diacrónica da terminologia a que se referem, como exploram os diferentes usos enquadrados nos contextos geográficos e sociais que abordam. As perspectivas de Marc Bloch<sup>18</sup> (1979) e Duby<sup>19</sup> (1989), também históricas, dedicam-se mais ao caso francês, neste último, e a vários casos europeus, incluindo o peninsular, no primeiro; demoram-se igualmente nos aspectos linguísticos, porque, uma vez mais, se apercebem da sua pertinência para um estudo rigoroso acerca da organização social sobre a qual se debruçam: o feudalismo.

Nos testemunhos abrangidos pela presente análise e do ponto de vista da ocorrência de vocabulário em diversos núcleos temáticos, verificou-se que, no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, a narração do reinado de D. Dinis aborda maioritariamente a temática da guerra civil com o filho D. Afonso. Neste

---

<sup>15</sup> VENTURA, Leontina, *A nobreza na corte de Afonso III*. Dissertação de Doutoramento em História. Universidade de Coimbra, 1992.

<sup>16</sup> ALBORNOZ, Claudio Sánchez, *En torno a los orígenes del feudalismo*. Tomos I e II. 2ª Edição. Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1974.

<sup>17</sup> GRASSOTTI, Hilda, *Las instituciones feudo-vassalláticas en León e Castilla*. Spoleto, 1969

<sup>18</sup> BLOCH, Marc, *A sociedade feudal*. Tradução de Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1979.

<sup>19</sup> DUBY, Georges, *A sociedade cavaleiresca*. Tradução: Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1989

contexto surgem dois vocábulos que se podem associar a uma linguagem própria de reminiscência feudo-vassálica. São eles “desavença” (como antónimo de “avença”, termo abordado por deter uma carga semântica que se situa na expressão de um vínculo entre indivíduos), a propósito do último encontro bélico entre pai e filho em Santarém, e “vassalo”, numa passagem de referência a um partidário do infante D. Afonso presente nessa mesma lide. A imagem de grandeza de D. Dinis surge apenas no contexto de uma intervenção do rei ao nível da política peninsular, como mediador entre Castela e Aragão, tarefa que levou a cabo com “grandes vitórias”, e como uma das partes do acordo do Tratado de Alcanices, cujos resultados, segundo o autor, tiveram efeito “pera todo o sempre”. Da observação destas presenças conclui-se que o tema da dádiva e a ocorrência de vocabulário “feudo-vassálico” estão muito mais patentes no prólogo da obra do que em qualquer um dos reinados relatados, o que é fácil de constatar a partir de um muito maior número de ocorrências do dito vocabulário nesse ponto inicial do texto. O que não é de admirar, uma vez que se poderá falar de uma autêntica explanação de uma teoria do Amor e Amizade entre membros da classe nobre.

Para apurar de forma mais rigorosa a ocorrência deste vocabulário em contextos diversos, estabeleceu-se uma distribuição por diversos campos semânticos com base numa operação de hiperonímia a partir de cada um dos vocábulos, tendo-se criado tantos campos quantos os necessários para englobar cada um dos termos. Após o levantamento lexical foram formados os campos da “acção de dádiva e obrigações do senhor feudal”, das “obrigações do vassalo”, da terminologia elucidativa do “vínculo entre os intervenientes no «contrato» feudo-vassálico” e das designações referentes à “hierarquia ocupada no mesmo «contrato»”. Dentro destes campos foram agrupados os vocábulos seleccionados e contabilizado, não só o número de ocorrências de cada vocábulo, mas também a associação desse número à quantidade de

vocábulos em cada campo semântico, no sentido de observar se algum deles se destacava.

Verificou-se no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* um muito maior número de ocorrências no contexto do “laço contratual” entre os intervenientes (que, neste caso, melhor seria chamado de “laço de solidariedade”, uma vez que a teoria desenvolvida assume um aspecto mais feudal do que senhorial, ou seja, a assimetria das relações, apesar de prever ajuda mútua, parece atenuar-se por se tratar de indivíduos da mesma classe social), a destacarem-se os vocábulos “amizade” e “amor” como os principais vínculos defendidos pelo Conde D. Pedro na exposição da sua teoria, termos que ilustram o objectivo a que se propunha no início do Prólogo: “meter amor e amizade antre os nobres fidalgos de Espanha”<sup>20</sup>. Do maior para o menor número de ocorrências, surgem depois as expressões “servir” e “fazer serviço”, no contexto das obrigações do vassalo e, com uma ocorrência, os vocábulos “ajudar”, “mercê”, “fazer bem”, “bem-feitorias”, no que diz respeito à obrigação do senhor.

Quanto à área semântica da acção da dádiva, os vocábulo nela incluídos encontram-se no contexto da enunciação das razões que levaram o autor a escrever a obra, quando são nomeadas hierarquias às quais se associam determinadas obrigações, consoante o grau de parentesco entre os fidalgos.

Na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, as referências à acção da dádiva surgem, em primeiro lugar, no elogio introdutório e habitual feito ao rei, ao principiar-se o relato de um reinado, mas, neste caso, acrescenta-se a afirmação de que D. Dinis foi o rei que teve mais vassallos, confirmando-se o plano de superioridade por ele ocupado mas, ao mesmo tempo, remetendo-o para um estatuto de senhor feudal e não de monarca. A acção de “dar” é de tal forma uma constante, que os complementos directos do verbo surgem em menor quantidade do que a própria acção, ou seja, a importância não recai

---

<sup>20</sup> MATTOSO (ed.), *Portugaliae Monumenta Historica*, vol. II/1, p. 55

tanto no aspecto material da acção, mas na sua virtude como um “bem” proporcionado a outrem e principalmente em quem o proporciona. Tal como se tinha observado no *Livro de Linhagens*, as referências à acção da dádiva, igualmente recaem no contexto político ibérico, presente em diversos episódios, como se verifica no relato de um pedido de ajuda de Sancho IV contra Álvaro Nunes de Lara; num acordo estabelecido com o irmão, infante D. Afonso e, novamente, Álvaro Nunes de Lara; na referência ao Tratado de Alcanices, acrescentando o autor que, com este acordo, D. Dinis alcançou o que nenhum outro rei antes dele alcançara; na ajuda prestada a D. Fernando e a outros fidalgos castelhanos; na mediação entre Aragão e Castela; na ajuda a D. Fernando para cercar Aljazira; e na ajuda em desavenças internas de Castela, surgindo neste contexto a melhor e maior expressão da dádiva, presente no seguinte excerto:

“Estando el rey dō Denis en Taraçona fazendo suas ordenanças, como já ouvistes, el rey dom James d’Aragō demandoulhe que lhe fizesse emprestimo de dez mil dobras e que lhe faria fazer menagem a certos homens boos e cartas quaaes elle quisesse que a tres anos que lhe fizesse pagamento en sua terra. E el rey dō Denis nō lhas quis emprestar mas deulhe de graça viinte mil dobras e deulhe aalem muytas e nobres doas. E deu aa reya muy grande algo e muitas doas. E deu muy grande algo a todos seus ricos homens. E todas estas nobrezas que el rey dō Denis deu a el rey dom James, todas lhas deu en sua terra e nūca quis tomar do seu nēhūa cousa.

E esto meesmo fez a el rey de Castella en Valhadolide que lhe deu muy grande algo e outrossi aa reya dona Maria, sua madre, e aa reya dona Constança, sua molher, e ao iffante dom Johã, e ao iffante dom Pedro e a todos os outros ricos homens que hy veerō. E a algūus outros que nō veerom ēvioulhes algo a suas terras, assy como aquelle rey que era muy noble e muy grandioso e descendia do noble sangue del rey dom Affonso Anriquez. E nūca delles quis nē hūa cousa em suas terras.”<sup>21</sup>

O acto de dar surge então como uma atitude desinteressada, uma vez que aquele que dá não exige nada em troca em termos materiais. Aqui, a dádiva é referida como uma qualidade inerente à própria condição de realeza

---

<sup>21</sup> CINTRA (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, p. 252

de D. Dinis, sendo ela reconhecida pelos papéis que estão implícitos nesta relação com o outro. Aquele que aceita a dádiva ou a ajuda, o “auxilium”, uma função também própria do senhor, está a aceitar a sua grandeza e deverá prestar-lhe “serviço”, fazer-lhe “preito e menagem”.

Já no contexto da guerra civil com o filho herdeiro da coroa, a expressão da dádiva é mais sinónimo de cedência quando, na primeira trégua, D. Dinis decide que lhe dará Coimbra, Montemor, Gaia e Feira, repetindo-se a mesma situação na segunda trégua. A capacidade de dar do rei é ainda notória nas alusões à dádiva ao neto, futuro D. Pedro I, e uma vez mais, sob a forma de “auxilium”, quando disponibiliza ajuda a Badajoz.

Quanto aos contextos do relato onde surge o vocabulário de valor semântico próprio das relações feudo-vassálicas, talvez não por acaso, todos eles estão ligados a episódios ou situações vivenciados e, nalguns casos, protagonizados pelo Conde D. Pedro: são eles a discórdia entre o infante D. Afonso e D. Dinis; a referência à relação entre o Conde D. Pedro e parte da nobreza senhorial; a traição dos castelos de Montemor e Gaia e a defesa de Guimarães, na sequência dos cercos do infante D. Afonso; e o discurso argumentativo do Conde D. Pedro, perante a ameaça do pai de o deserdar por traição. Uma curiosidade será de referir acerca desse discurso, uma vez que a ameaça do pai surge na sequência de um pedido de ajuda que faz ao filho bastardo, no contexto de guerra civil com o filho legítimo. A ironia deste pedido reside na inversão de papéis dos protagonistas deste “diálogo”, pois apesar da ameaça que faz ao Conde D. Pedro, o rei é apresentado numa situação de dependência, o que pode tratar-se de uma forma de reconhecer superioridade ao filho, inferiorizando-se e reconhecendo uma fraqueza, ou estaremos apenas perante a manifestação da essência do laço de solidariedade que prevê a interdependência entre os contratantes.

Quanto ao vocabulário propriamente dito, foi no campo semântico da acção da dádiva ou obrigações do senhor que se observou um maior número

de ocorrências, destacando-se o vocábulo “dar” como a acção mais vezes levada a cabo pelo rei, seguindo-se os complementos directos desta acção, “grande algo” e “contia”, em número de ocorrências. Em matéria de obrigações, evidenciaram-se os vocábulos “ajuda”, “mercê”, “fazer bem” e “benfeitorias”. Nesta recolha incluíram-se também todos os antónimos do vocabulário referido, a título de exemplo, anotou-se verbos como “tomar” e “tolher” como opostos de “dar” (com a importância de servirem como um contraponto à acção principal e de se perceber quem é que não era merecedor da liberalidade do rei e por que razão), mas com muito menor ocorrência e, ao mesmo tempo, demonstrando que não era esta a acção de primeiro plano do monarca. Quanto aos vocábulos ou expressões que designam as obrigações do vassalo, revelaram-se em maior quantidade as palavras “preitesia” e “preito”, seguidas de “servir”, “fazer serviço” e “menagem”. Na expressão do vínculo que exprimia o tipo de relação e ligação estabelecida entre os intervenientes do “contrato” feudo-vassálico, aparecem, em primeiro lugar, os vocábulos “avindos” e “avença”, como expressão de concórdia, e com o antónimo “desavindos”; secundados por “amor”, “desafiar” e “honra” (com o antónimo “desonra”). É de referir ainda a presença do vocábulo “divido”, como alusão, a maior parte das vezes, a um vínculo familiar, e a presença das expressões “lianças” e “amigos”. No campo semântico da hierarquia ocupada no “contrato”, encontraram-se os vocábulos “vassalos” e “senhor”, e “amigos” e “padre”, estes dois últimos associados aos anteriores respectivamente, tendo-se verificado uma ocorrência bastante maior dos primeiros. Na mesma crónica, e para comparação, procedeu-se ao levantamento do mesmo tipo de vocabulário presente nas narrações dos outros reinados, verificando-se, tal como no *Livro de Linhagens*, que só o reinado de D. Afonso Henriques é comparável ao de D. Dinis, em termos de presenças, mas não em termos de número de ocorrências (em menor número), e mais no que diz respeito aos campos semânticos dos papéis assumidos na organização feudo-vassálica e respectivas obrigações, não

existindo, por exemplo, qualquer referência à acção da dádiva, no sentido do “dar” como expressão de grandeza.

A *Crónica de Portugal de 1419* é dos três testemunhos o que apresenta um texto mais extenso. Na introdução ao reinado de D. Dinis está presente a temática da dádiva, tendo inicialmente como destinatários “todolos fidalgos, de qualquer terra que fosem”; o senhor de Lara; e os pobres, viúvas e órfãos. Repete-se a informação da crónica anteriormente abordada de que foi este o rei que teve mais vassallos, reforçando-se o seu prestígio com o elogio “milhores e mais honrados”. De início, verifica-se, então, a continuidade em relação à *Crónica Geral de Espanha de 1344*, na medida em que se mantém e reforça a imagem do rei enquanto senhor feudal, rodeado dos seus vassallos e cumprindo as devidas obrigações inerentes ao contrato selado. É também ainda no contexto político ibérico que prevalece um retrato engrandecedor de um monarca que, não só é senhor do seu território, mas que, estrategicamente, tem as suas qualidades de governação e gestão de conflitos reconhecidas por outros reinos da Hispânia. Os episódios que denunciam esta imagem são os das negociações e casamento de D. Constança com D. Fernando de Castela; a relação de D. Dinis com D. Sancho IV, sempre caracterizada por uma forte ligação de “amor”; o “auxilium” prestado a D. Fernando em conflitos territoriais; a oferta de jóias valiosíssimas também a D. Fernando; a mediação entre Aragão e Castela; o acordo estabelecido com os reis de Castela e Aragão acerca do destino dos bens da Ordem do Templo; a acção de dádiva em relação a D. Pedro, tutor de D. Fernando; e a ajuda prestada para a defesa de Badajoz.

Em relação à actuação de D. Dinis no seu próprio reino, o elogio é menos frequente e a linguagem que revela uma percepção social de inspiração feudo-vassálica aparece, muitas vezes, como expressão do incumprimento das regras próprias do contrato entre senhor e vassallos, principalmente da parte do filho legítimo. Contudo, existem também referências positivas que se prendem

com a dádiva feita ao infante D. Afonso, a propósito do seu casamento com D. Beatriz; no elogio dirigido ao rei pela criação do Estudo Geral e na dádiva destinada a Martim Gil, alferes-mor do reino e segundo Conde de Barcelos, apesar de esta não surgir num contexto desinteressado. Os exemplos do uso de linguagem com um valor negativo surgem enquadrados pelo ambiente da guerra civil com o infante D. Afonso, principalmente no relato de um discurso de queixa acerca do filho, que D. Dinis dirige ao seu conselho.

A linguagem no relato desta crónica apresenta-se com uma predominância no domínio da acção da dádiva, com os vocábulos “mercê”, “dar” e “ajuda”; da parte das obrigações do vassalo destacam-se “serviço” ou “fazer serviço”, acompanhados de grande ocorrência dos antónimos “traidor” e “traição”, “desservir” e “desserviço”; na expressão do vínculo de ligação entre senhor e vassalos, prevalece em maior número “amor”, “honra”, “avindo” ou “avença”, “divido” e “amigos”, acompanhados, em menor quantidade, dos antónimos “desamor”, “desonra”, “desavença” e “inimigos”. A expressão da hierarquia social está principalmente representada pelo vocábulo “vassalos”, tendo-se verificado a presença das variantes “filho e vassalo” e, no caso de “senhor”, as combinações “senhor e padre” e “rei e senhor”, todas elas presentes nos episódios de guerra civil entre D. Dinis e o infante D. Afonso, assumindo-se que estes intervenientes, para além da união pelo vínculo familiar, posicionam-se um em relação ao outro também em termos sociais hierárquicos.

É de realçar, na *Crónica de Portugal de 1419*, a menor importância atribuída à figura do Conde D. Pedro, cuja presença é referida apenas como pano de fundo de outros acontecimentos. Não há, então, já aqui uma personagem ou uma autoria que ponha em causa alguns aspectos estratégicos da governação de D. Dinis no seu próprio território, como a política de centralização régia e a guerra civil com o filho, mas a imagem grandiosa que surgia nos outros testemunhos não está também já tão presente. Por outro

lado, esta crónica parece encontrar motivos de compensação para os desmandos da guerra civil, não só na política externa do reino, mas também em iniciativas régias, como a criação do Estudo Geral em benefício do próprio território.

No conjunto dos três relatos, o reinado de D. Dinis destaca-se, perante as diferentes narrativas dos reinados até D. Afonso IV, pela presença da temática da dádiva e terminologia associada a contextos específicos que relatam momentos políticos nos quais o monarca demonstra grandeza e generosidade. Politicamente, o seu reinado constituiu-se como uma era de mudança e consolidação do poder régio, a partir de medidas internas como a estratégia sistemática das inquirições e com uma gestão eficaz no posicionamento que assume perante os diferentes conflitos dos reinos peninsulares, de modo a favorecer o seu próprio reino. O vocabulário que se destacou poderá demonstrar mentalidades, intencionalidades, estratégias, inspirações e reminiscências: se nos dois primeiros textos analisados o reflexo de marcas ideológicas do autor e suas intenções políticas aparece muito vincado, já no segundo surge um uso ainda específico de um vocabulário que tanto pode ser marca de fontes a que recorreu (como é o caso da *Crónica Geral de Espanha de 1344*), como o testemunho da permanência de um quadro mental, associado ou não a uma intencionalidade. Todavia, na temática da dádiva este texto recua, exprimindo de um modo essencialmente estratégico a virtude da liberalidade inerente ao estatuto do rei.

Assim, os primeiros testemunhos convocados □ as duas obras do conde D. Pedro, na forma em que chegaram até nós □ parecem obedecer à vontade de recuperar uma ordem social e política feudo-vassálica, investindo não só numa linguagem que aponta nesse sentido, mas também construindo em torno dela a personagem exemplar de D. Dinis. No último □ a anónima crónica de inícios do séc. XV □ é notória uma evolução deste quadro. Por um lado,

esbate-se o brilho da régia personagem; por outro, se ainda permanece um léxico que preserva o valor dos vínculos de natureza feudo-vassálica, não deixa de ser verdade que a vulgarização a que esse léxico terá estado sujeito implicará inevitavelmente a perda de força do seu sentido original.